





NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

**33.3.0029520-8**

### Tipo Jurídico

## Sociedade anônima

## Porte Empresarial

Normal

**Nº do Protocolo**

**00-2021/148838-0**

07/06/2021 17:11:43

## JUCERJA

**Último arquivamento:**

00004082859 - 11/06/2021

**NIRE: 33.3.0029520-8**

OI SA - EM RECUPERACAO JUDICIAL

**Boleto(s):** 103715307

**Hash:** 5A3FEB9A-ECCF-4E6D-81F4-11BF39B7924C

Orgão	Calculado	Pago
Junta	610,00	610,00
DREI	0,00	0,00

## REQUERIMIENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

# OI SA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

<b>Código do Ato</b>
017

[illegible]

## Requerente

<b>Nome:</b>	luz publicidade ltda
<b>Assinatura:</b>	ASSINADO DIGITALMENTE
<b>Telefone de contato:</b>	2133806000
<b>E-mail:</b>	jpardal@luzpublicidade.com
<b>Tipo de documento:</b>	Digital
<b>Data de criação:</b>	07/06/2021
<b>Data da 1ª entrada:</b>	07/06/2021

# Rio de Janeiro

## Local

07/06/2021

## Data

## Últimos Retornos

[illegible]

00-2021/148838-0

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA - EM RECUPERACAO JUDICIAL

NIRE: 333.0029520-8 Protocolo: 00-2021/148838-0 Data do protocolo: 07/06/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 21/06/2021 SOB O NÚMERO 00004088378 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 28F65F9F4FB197977C6A250571BA81728876F742956133221967534B991F8213

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 2/6



**Oi S.A. – Em recuperação judicial**

CNPJ/MF 76.535.764/0001-43

NIRE 33.30029520-8

COMPANHIA ABERTA

**EXTRATO DA ATA DA 288ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2021.**

Na qualidade de Secretária da Reunião do Conselho de Administração, CERTIFICO que o item 5 “Matriz de Alçadas – aprovação anual” da Ata da 288ª da Reunião do Conselho de Administração da Oi S.A.- Em Recuperação Judicial realizada no dia 26 de maio de 2021, às 9h30, por videoconferência, nos termos do artigo 29, parágrafo 1º do Estatuto Social da Companhia, possui a seguinte redação:

*“Passando ao **item (5)** da Ordem do Dia, em atendimento ao disposto no parágrafo primeiro do artigo 31 do Estatuto Social da Companhia, e considerando que a Matriz de Alçadas está em conformidade com as necessidades de gestão da Companhia, o Sr. Arthur Jose Lavatori Correa apresentou proposta de manutenção da Matriz de Alçadas da Diretoria da Companhia, aprovada em 16 de dezembro de 2020, considerando um pequeno ajuste, realizado após alinhamento com o CARC, para exclusão da parte final do §3º do art. 1º, que trata de operações de câmbio para constituição de disponibilidades no exterior. O Conselho aprovou a proposta por unanimidade, e a Matriz de Alçadas aprovada integra a presente a ata como Anexo 1.”.*

Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração e apostas as assinaturas dos Srs. Eleazar de Carvalho Filho (Presidente da Mesa), Marcos Grodetzky, Roger Solé Rafols, Henrique José Fernandes Luz, Paulino do Rego Barros Jr., Claudia Quintella Woods, Luís Maria Viana Palha da Silva, Armando Lins Netto, Mateus Affonso Bandeira, Maria Helena dos Santos F. Santana e Raphael Manhães Martins.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 2021.

**Luciene Sherique Antaki**  
Secretária



## **ANEXO I DA ATA DA 288ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2021.**

### **MATRIZ DE ALÇADAS**

O Conselho de Administração da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), em reuniões realizadas em 21 de fevereiro de 2019, 29 de maio de 2019, 29 de janeiro de 2020, 27 de maio de 2020, 16 de dezembro de 2020 e 26 de maio de 2021, com base na Lei e nas disposições dos arts. 31 e 38 do Estatuto Social da Companhia, resolveu, para os devidos fins de direito, aprovar a seguinte Matriz de Alçadas, aplicável à Companhia e a todas suas sociedades controladas (em conjunto, “Sociedades”):

**Art. 1º.** Além das atribuições previstas em Lei e no Estatuto Social da Companhia, observado o disposto em seu art. 31, Parágrafo 1º, bem como o previsto no art. 38, compete à Diretoria da Companhia, como órgão colegiado:

I. Autorizar a alienação, pela Companhia ou suas controladas, de bens para integrar ou integrantes do seu ativo imobilizado, conforme o caso, no valor individual de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e a oneração, pela Companhia ou suas controladas, no valor de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), de bens integrantes do respectivo ativo imobilizado;

II. Autorizar contratações em geral, incluindo celebração de aditivos, acordos ou convênios que constituam ônus, obrigações e compromissos, no curso ordinário dos negócios da Companhia e de suas controladas, cujo valor individual ou cumulativo represente responsabilidade por parte da Companhia de: i) até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) quando destinadas a OPEX e até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) quando destinadas a CAPEX;

II.a. Especificamente no que se refere à constituição de consórcio para execução de determinado empreendimento, compete à Diretoria, por deliberação colegiada, autorizar a celebração de consórcio, pela Companhia ou suas controladas, no valor de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), quando o respectivo contrato de consórcio for celebrado com terceiros (empresas que não sejam sociedades controladoras, controladas ou coligadas à Companhia);

II.b. Não obstante o acima exposto, sempre que se tratar de contratação com parte relacionada, compete à Diretoria, por deliberação colegiada, autorizar a celebração de contrato no valor individual de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

III. Autorizar a prestação de garantias em geral pela Companhia ou suas controladas, em favor de terceiros, no valor de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), por transação;

IV. Deliberar sobre a renúncia de direitos e transações (art. 840 e seguintes do Código Civil) de qualquer natureza, pela Companhia ou suas controladas, que isolada ou cumulativamente represente o valor de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);

V. Deliberar sobre a realização pela Companhia ou suas controladas de contratação de empréstimos, financiamentos ou outras operações que impliquem em endividamento da Companhia ou de suas controladas, arrendamentos mercantis e emissão de notas promissórias, no valor individual ou cumulativo com a mesma contraparte, no valor de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);



VI. Autorizar a prática, pela Companhia ou suas controladas, de atos gratuitos em benefício (i) de seus empregados e/ou (ii) da comunidade, no valor conjunto de até R\$ 3 milhões por exercício social, observada a Política de Doação da Companhia, devendo-se destacar em cada caso aprovado se a parte beneficiada se enquadra no (i) ou (ii) deste inciso VI.

§ 1º Em quaisquer das hipóteses dos incisos de I a VI deste artigo, em se tratando de mais de uma operação com o mesmo objeto, inclusive por meio da celebração de termos aditivos, deverá ser considerado o valor global de tais operações a cada 12 meses, para fins de aplicação das alçadas da Diretoria.

§ 2º Em quaisquer das hipóteses dos incisos I, III, IV, V e VI deste artigo, sempre que o valor do ato ou contrato for inferior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e nas hipóteses do inciso II, sempre que o valor do ato ou contrato for inferior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), aplica-se o disposto no Art. 37 do Estatuto Social, não sendo exigível deliberação colegiada da Diretoria. Nos casos dos incisos I, III, IV, V e VI, sempre que o valor do ato ou contrato for igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), será sempre exigível deliberação colegiada da Diretoria, assim como nos casos do inciso II, sempre será exigível deliberação colegiada da Diretoria quando o valor do ato ou contrato for igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais). Contratação(ões) com parte(s) relacionada(s) estarão sempre sujeitas a deliberação colegiada da Diretoria quando em valor até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e, do Conselho de Administração, quando em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), observados os termos da Política para transações com Partes Relacionadas e situações envolvendo conflito de interesses da Companhia ;

§ 3º Em quaisquer das hipóteses dos incisos de I a VI deste artigo, a aprovação competirá à Diretoria, não sendo necessária a aprovação pelo Conselho de Administração sempre que se tratar de ato ou contrato *intercompany*, incluindo Consórcios, observado o disposto no art. 3º abaixo. Uma operação será considerada *intercompany* sempre que envolver única e exclusivamente a Companhia e/ou suas controladas cuja a participação da Companhia, direta ou indireta, seja superior a 90% do capital social, independente do valor.

§ 4º A aprovação da realização, pela Companhia ou suas controladas, de investimentos e desinvestimentos no capital de outras sociedades compete ao Conselho de Administração, independentemente do valor envolvido.

§ 5º Cabe à Diretoria ainda, por deliberação colegiada, estabelecer, a partir dos limites de alçada fixados pelo Conselho de Administração para a Diretoria nos termos deste artigo, os limites de alçada ao longo da linha hierárquica da organização administrativa da sociedade.

**Art. 2º** Compete ao Conselho de Administração deliberar sobre atos, contratos, transações ou operações de qualquer natureza que excedam os limites fixados nesta Matriz de Alçadas para a Diretoria.

**Art. 3º** Trimestralmente, a Diretoria deverá elaborar relatório, para conhecimento do Conselho de Administração, acerca dos Consórcios *intercompany* superiores a R\$50 milhões, realizados no período pela Companhia.

\* \* \*

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA OI SA - EM RECUPERACAO JUDICIAL, NIRE 33.3.0029520-8, PROTOCOLO 00-2021/148838-0, ARQUIVADO EM 21/06/2021, SOB O NÚMERO (S) 00004088378, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
 078.092.467-39	DANIELLA GESZIKTER VENTURA



21 de junho de 2021.



Bernardo Feijó Sampaio Berwanger  
Secretário Geral